

**TATIANA DE LIMA NÓBREGA  
MAURÍCIO ROBERTO DE SOUZA BENEDITO**

# **O REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO**

**DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº 103/2019 E COM A PORTARIA MTP Nº 1.467/2022**

**ABONO** DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO | **CÁLCULO** PARA  
ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | **REGIME** DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS | **SISTEMA** DE PROTEÇÃO SOCIAL  
DOS MILITARES | **REGRAS** DE TRANSIÇÃO E DIREITO ADQUIRIDO | **LEGISLAÇÃO**  
INFRACONSTITUCIONAL | **EXEMPLOS** PRÁTICOS

2023 © Editora Foco

**Autores:** Tatiana de Lima Nóbrega e Maurício Roberto de Souza Benedito

**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira

**Editor:** Roberta Densa

**Assistente Editorial:** Paula Morishita

**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias

**Revisão:** Daniela Malheiros Jerez

**Capa Criação:** Leonardo Hermano

**Diagramação:** Ladislau Lima

**Impressão miolo e capa:** PRINT PARK

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

N754r

Nóbrega, Tatiana

Regime Previdenciário do Servidor Público / Tatiana Nóbrega, Maurício Benedito.  
- 3. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2023.

352 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5515-805-2

1. Direito. 2. Direito previdenciário. 3. Regime Previdenciário. 4. Servidor Público. I. Benedito, Maurício. II. Título.

2023-1417

CDD 341.67

CDU 34:368.4

---

**Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito previdenciário 341.67      2. Direito previdenciário 34:368.4

Impresso no Brasil (06.2023)      Data de Fechamento (06.2023)

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das legislações que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

**Bônus ou Capítulo On-line:** Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

**2023**

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol

CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)

[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	III
PREFÁCIO.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	XI
NOTA DOS AUTORES À 3ª EDIÇÃO .....	XIII
NOTA DOS AUTORES À 2ª EDIÇÃO .....	XV
APRESENTAÇÃO.....	XVII
CAPÍTULO 1 – A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA – NOÇÕES BÁSICAS .....	1
1.1 Aspectos conceituais e definição .....	1
1.2 Evolução histórico-normativa .....	4
1.3 Competência legislativa .....	7
1.4 Regimes previdenciários e seus segurados.....	9
1.4.1 Previdência social pública e seus regimes .....	10
1.4.1.1 O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) .....	10
1.4.1.2 O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) .....	11
1.4.2 A previdência privada e o Regime de Previdência Complementar (RPC) ...	13
1.4.2.1 Previdência complementar aberta .....	14
1.4.2.2 Previdência complementar fechada.....	14
1.5 Benefícios previdenciários.....	15
1.5.1 Definição e espécies.....	15
1.5.2 Classificação dos benefícios da previdência social .....	16
1.5.2.1 Benefícios de risco e benefícios programáveis.....	16
1.5.2.1.1 Benefícios de risco.....	16

1.5.2.1.2	Benefícios programáveis .....	17
1.5.2.2	Benefícios voluntários e involuntários .....	17
1.5.2.2.1	Benefícios involuntários .....	17
1.5.2.2.2	Benefícios voluntários .....	18
1.5.2.3	Benefícios definidos, de contribuição definida e mistos .....	18
1.5.2.3.1	Benefícios definidos .....	18
1.5.2.3.2	Benefícios de contribuição definida.....	18
1.5.2.3.3	Benefícios mistos .....	18
1.5.2.4	Benefícios de prestação indeterminada e benefícios de prestação predeterminada .....	19
1.5.2.4.1	Benefícios de prestação indeterminada .....	19
1.5.2.4.2	Benefícios de prestação predeterminada.....	19
1.5.2.5	Benefícios de repartição simples, de capitalização e de repartição de capital de cobertura .....	19
1.5.2.5.1	Benefício de repartição simples .....	19
1.5.2.5.2	Benefício de capitalização.....	20
1.5.2.5.3	Benefício de repartição de capital de cobertura .....	20
1.6	Histórico das reformas previdenciárias – As Emendas à CR/88: EC nºs 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012, 88/2015 e 103/2019.....	20
1.6.1	A EC nº 20/1998 .....	22
1.6.2	A EC nº 41/2003 .....	24
1.6.3	A EC nº 47/2005 .....	26
1.6.4	A EC nº 70/2012 .....	27
1.6.5	A EC nº 88/2015 .....	27
1.6.6	A EC nº 103/2019 .....	28
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTO, NORMAS GERAIS E PRINCÍPIOS DO RPPS.....		29
2.1	Fundamento constitucional do RPPS – o Art. 40 da CR/88 .....	29
2.1.1	Normas gerais de organização e funcionamento do RPPS: a Lei nº 9.717/1998 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 .....	31
2.1.2	Segurados e beneficiários do RPPS .....	31
2.2	Princípio da contributividade .....	33
2.2.1	Contribuição previdenciária: natureza, espécies, alíquotas e base de cál- culo .....	35

2.2.1.1	Natureza e espécies .....	35
2.2.1.2	Alíquotas de contribuição .....	36
2.2.1.3	Base de cálculo da contribuição previdenciária.....	37
2.2.2	A contributividade com a EC nº 103/2019.....	38
2.2.2.1	A contribuição previdenciária do RPPS da União .....	39
2.2.2.1.1	Exemplos do cálculo do valor da contribuição previdenciária com alíquotas progressivas – servidor público federal em atividade .....	41
2.2.2.1.2	Exemplos do cálculo do valor da contribuição previdenciária com alíquotas progressivas – aposentado ou pensionista do RPPS da União .....	43
2.2.2.1.3	Fim da isenção do aposentado e do pensionista do RPPS da União portador de doença incapacitante .....	45
2.2.2.2	A contribuição previdenciária do RPPS dos Estados, do DF e dos Municípios .....	47
2.2.2.2.1	Alíquotas progressivas .....	47
2.2.2.2.2	Alíquotas uniformes .....	48
2.2.2.2.3	Isenção do aposentado e do pensionista portador de doença incapacitante .....	49
2.2.2.2.4	O deficit atuarial e as alíquotas de contribuição previdenciária.....	50
2.3	Princípio do equilíbrio financeiro e atuarial .....	50
2.3.1	O equilíbrio financeiro e atuarial com a EC nº 103/2019 .....	51
2.3.1.1	Da possibilidade de ampliação da base de cálculo de contribuição do aposentado e do pensionista – § 1º-A do art. 149 da CR/88 .....	53
2.3.1.1.1	Da possibilidade de ampliação da base de cálculo de contribuição do aposentado e do pensionista da União.....	54
2.3.1.1.2	Da possibilidade de ampliação da base de cálculo de contribuição do aposentado e do pensionista dos Estados, do DF e dos Municípios.....	55
2.3.1.2	Da possibilidade de instituição de contribuição extraordinária – §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da CR/88 .....	56
2.3.1.2.1	Da possibilidade de instituição de contribuição extraordinária pela União.....	57
2.3.1.2.2	Da possibilidade de instituição de contribuição extraordinária pelos Estados, DF e Municípios.....	57
2.4	Princípio da solidariedade .....	58

CAPÍTULO 3 – AS APOSENTADORIAS DO RPPS – REGRAS DE ACESSO, FORMA DE CÁLCULO E DE REAJUSTAMENTO.....	61
3.1 Proventos de aposentadoria – Forma de cálculo e reajustamento: retrospectiva constitucional .....	61
3.2 Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho .....	66
3.2.1 A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União.....	68
3.2.1.1 A aposentadoria por incapacidade permanente na Portaria MTP nº 1.467/2022 .....	68
3.2.1.2 Cálculo e reajuste dos proventos.....	70
3.2.2 A aposentadoria por invalidez dos servidores públicos dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	73
3.2.3 Exemplos de aposentadoria por incapacidade permanente do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União .....	76
3.2.4 Exemplos de aposentadoria por invalidez do servidor público dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	78
3.3 Aposentadoria compulsória .....	79
3.3.1 Aposentadoria compulsória do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União .....	81
3.3.1.1 A aposentadoria compulsória na Portaria MTP nº 1.467/2022.....	81
3.3.1.2 Cálculo e reajuste dos proventos .....	82
3.3.2 Aposentadoria compulsória do servidor público dos entes federativos que não modificaram sua legislação.....	84
3.3.3 Exemplos de aposentadoria compulsória do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União ..	86
3.3.4 Exemplos de aposentadoria compulsória do servidor público dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	87
3.4 Aposentadoria voluntária .....	88
3.4.1 Aposentadoria voluntária do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União.....	90
3.4.1.1 A aposentadoria voluntária na Portaria MTP nº 1.467/2022.....	90
3.4.1.2 Cálculo e reajuste dos proventos .....	91
3.4.2 Aposentadoria voluntária do servidor público dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	92

3.4.2.1	Aposentadoria voluntária dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003 .....	93
3.4.2.2	Aposentadoria voluntária dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003 .....	94
3.4.2.3	Aposentadoria voluntária dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 .....	96
3.4.3	Exemplos de aposentadoria voluntária do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União ..	99
3.4.4	Exemplos de aposentadoria voluntária do servidor público dos entes federativos que não modificaram sua legislação.....	100

#### CAPÍTULO 4 – AS APOSENTADORIAS ESPECIAIS DO RPPS – REGRAS DE ACESSO, FORMA DE CÁLCULO E DE REAJUSTAMENTO .....

4.1	Histórico das aposentadorias especiais na Constituição da República .....	103
4.2	Aposentadoria do servidor com deficiência .....	105
4.2.1	A aposentadoria especial do servidor federal com deficiência e do servidor com deficiência dos entes que utilizaram regras idênticas às do RPPS da União .....	106
4.2.1.1	A Portaria MTP nº 1.467/2022 e a aposentadoria do servidor com deficiência .....	107
4.2.1.1.1	Ajustes dos parâmetros da aposentadoria por tempo de contribuição do servidor com deficiência .....	108
4.2.1.1.2	Conversão do tempo em que o servidor exerceu atividades sujeitas a condições especiais nocivas à saúde em tempo com deficiência .....	110
4.2.1.2	Cálculo e reajuste dos proventos .....	111
4.2.1.3	Avaliação e comprovação da deficiência .....	113
4.2.2	A aposentadoria do servidor com deficiência dos entes federativos que não modificaram sua legislação.....	113
4.2.3	Exemplos de aposentadoria especial do servidor federal com deficiência e do servidor com deficiência dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União .....	114
4.3	Aposentadoria especial dos policiais e dos agentes penitenciários e socioeducativos .....	117
4.3.1	A aposentadoria especial dos policiais e agentes penitenciários e socioeducativos federais e dos Estados que adotaram regras idênticas às do RPPS da União.....	118

4.3.1.1	A Portaria MTP nº 1.467/2022 e a aposentadoria especial dos policiais e dos agentes penitenciários e socioeducativos federais e dos Estados que adotaram regras idênticas às do RPPS da União	119
4.3.1.2	Cálculo e reajuste dos proventos	120
4.3.2	A aposentadoria especial do policial civil e dos agentes penitenciários e socioeducativos dos Estados que não modificaram sua legislação	121
4.3.3	Exemplos de aposentadoria especial dos policiais e agentes penitenciários e socioeducativos federais e dos Estados que adotaram regras idênticas às do RPPS da União	123
4.3.4	Exemplos de aposentadoria especial do policial civil dos Estados que não editaram leis específicas (aplicação da LC nº 51/1985)	125
4.4	Aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos	126
4.4.1	A aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos do servidor federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União	127
4.4.1.1	A Portaria MTP nº 1.467/2022 e a aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos do servidor federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União	129
4.4.1.1.1	Caracterização e comprovação do exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos	129
4.4.1.1.2	Procedimento de reconhecimento de tempo de atividade especial pelos órgãos dos entes federativos	131
4.4.1.1.2.1	Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	131
4.4.1.1.2.2	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	131
4.4.1.1.2.3	Parecer da perícia médica	132
4.4.1.1.3	Cálculo e reajuste dos proventos	132
4.4.2	A aposentadoria especial pelo exercício de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou à integridade física do servidor dos entes que não modificaram sua legislação	134
4.4.2.1	A Portaria MTP nº 1.467/2022 e a aposentadoria especial pelo exercício de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou à integridade física do servidor dos entes que não modificaram sua legislação	135
4.4.2.2	Forma de cálculo e de reajustamento	136
4.4.3	Conversão do tempo exercido sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física do servidor em tempo comum	137



4.4.4	Exemplos de aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos do servidor federal e dos servidores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União .....	138
4.4.5	Exemplos de aposentadoria especial pelo exercício de atividades exercidas sob condições especiais que prejudicam a saúde ou à integridade física do servidor dos entes que não modificaram sua legislação.....	139
4.5	Aposentadoria especial do professor da educação básica .....	140
4.5.1	A aposentadoria especial do professor da educação básica da União e dos professores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União.	141
4.5.1.1	A aposentadoria especial do professor na Portaria MTP nº 1.467/2022.....	141
4.5.1.2	Cálculo e reajuste dos proventos.....	142
4.5.2	A aposentadoria especial do professor da educação básica dos entes federativos que não modificaram sua legislação.....	143
4.5.2.1	Aposentadoria voluntária dos professores da educação básica dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003.....	145
4.5.2.2	Aposentadoria voluntária dos professores da educação básica dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003.	146
4.5.2.3	Aposentadoria voluntária dos professores da educação básica dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público até de 16 de dezembro de 1998 .....	147
4.5.3	Exemplos de aposentadoria especial do professor da União e dos professores dos entes que adotaram regras idênticas às do RPPS da União .....	149
4.5.4	Exemplos de aposentadoria voluntária do professor dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	150
CAPÍTULO 5 – PENSÃO POR MORTE DOS SEGURADOS DO RPPS .....		153
5.1	Histórico e fundamento constitucional .....	153
5.2	Pensão por morte do segurado do RPPS da União e do RPPS dos entes que adotaram as mesmas regras dos servidores federais.....	154
5.2.1	Cotas familiares e individuais .....	155
5.2.2	Exemplos de cálculo da pensão por morte .....	157
5.2.3	Irreversibilidade das cotas individuais.....	160
5.2.4	Pensão por morte do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave .....	161
5.2.4.1	Exemplos de cálculo da pensão por morte do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave .....	162

5.2.4.2	Irreversibilidade da cota do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave e recálculo da pensão .....	165
5.2.5	Convergência entre o RGPS e o RPPS da União e do RPPS dos entes que adotaram as mesmas regras do servidor federal (Lei nº 8.213/1991) .....	166
5.2.5.1	Rol de dependentes do segurado do RPPS da União e do RPPS dos entes que adotaram as mesmas regras do servidor federal.....	167
5.2.5.2	Duração da pensão por morte do cônjuge ou companheiro do segurado do RPPS da União e do RPPS dos entes que adotaram as mesmas regras do servidor federal .....	169
5.2.6	Pensão por morte de policial decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função .....	171
5.2.7	Reajustamento da pensão por morte do segurado do RPPS da União e do RPPS dos entes que adotaram as mesmas regras do servidor federal .....	172
5.3	Pensão por morte dos segurados do RPPS dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	172
5.3.1	Forma de cálculo e reajustamento da pensão .....	173
5.3.2	Exemplos de cálculo da pensão por morte do segurado do RPPS dos entes federativos que não modificaram sua legislação .....	174

## CAPÍTULO 6 – ACUMULAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....

6.1	Vedação de acumulação de benefícios previdenciários.....	177
6.1.1	Vedação de percepção de mais de uma aposentadoria pelo RPPS.....	178
6.1.2	Vedação de percepção de mais de uma pensão por morte no âmbito do mesmo regime de previdência social .....	180
6.2	Acumulações permitidas de benefícios previdenciários .....	181
6.2.1	Acumulação de pensão por morte de regimes distintos .....	181
6.2.2	Acumulação de pensão por morte de um regime de previdência social com proventos de aposentadoria ou de inatividade de militares.....	183
6.2.3	Acumulação de aposentadoria do RGPS ou do RPPS com pensões decorrentes das atividades dos militares .....	184
6.2.4	Acumulação dos benefícios: condições para a percepção dos valores .....	185
6.2.4.1	Exemplos de benefícios percebidos em acumulação.....	186
6.2.4.2	Possibilidade de revisão dos valores dos benefícios percebidos em acumulação .....	188
6.2.4.3	Direito adquirido à acumulação integral dos benefícios .....	190
6.2.4.4	Acumulação de pensões por morte decorrentes de cargos acumuláveis deixadas pelo mesmo instituidor a cônjuge ou companheiro .....	196

6.2.4.5	Acumulação de benefícios e aplicação do teto remuneratório constitucional.....	197
6.2.4.5.1	Tema 359/STF .....	198
6.2.4.5.2	Temas 377 e 384/STF.....	201
6.3.	Disposições gerais sobre benefícios previdenciários.....	201
<b>CAPÍTULO 7 – ABONO DE PERMANÊNCIA .....</b>		<b>203</b>
7.1	Abono de permanência – definição, natureza e finalidade .....	203
7.2	Abono de permanência – histórico constitucional .....	205
7.3	Abono de permanência do servidor público federal e dos servidores dos entes federativos que adotaram as mesmas regras da união .....	207
7.3.1	Abono de permanência concedido pela regra do direito adquirido do servidor público federal e dos servidores dos entes federativos que adotaram as mesmas regras da União .....	208
7.3.2	Abono de permanência do servidor público federal e dos servidores dos entes que adotaram as mesmas regras da União, concedido pelas regras de transição e pela regra do art. 22 da EC nº 103/2019 .....	209
7.4	Abono de permanência dos servidores dos Estados, do DF e dos Municípios .....	210
7.4.1	Abono de permanência pelo cumprimento das regras da aposentadoria voluntária da alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 40 da CR/88 .....	210
7.4.2	Abono de permanência pelo cumprimento da regra de transição do art. 2º da EC nº 41/2003 .....	211
7.4.3	Abono de permanência pela regra de direito adquirido do § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003 .....	212
7.4.4	Abono de permanência pelas regras de transição do art. 6º da EC nº 41/2003 e pelo art. 3º da EC nº 47/2005 .....	213
7.5	Abono de permanência das aposentadorias especiais e o Tema 888 do STF.....	214
<b>CAPÍTULO 8 – AS REGRAS DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO .....</b>		<b>215</b>
8.1	Regra de transição do servidor público federal e do servidor do ente federativo que adotou as mesmas regras da União – Sistema de pontos .....	216
8.1.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	218
8.1.2	Abono de permanência.....	221
8.1.3	Exemplos de aposentadoria pela regra dos pontos (passo a passo).....	221
8.2	Regra de transição do servidor público Federal e do servidor do ente federativo que adotou as mesmas regras da união – Pedágio constitucional.....	233

8.2.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	234
8.2.2	Abono de permanência.....	236
8.2.3	Exemplos de aposentadoria pela regra do pedágio (passo a passo).....	237
8.3	As regras de transição dos servidores dos Estados, DF e Municípios que não modificaram sua legislação interna .....	242
<b>CAPÍTULO 9 – AS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS .....</b>		<b>243</b>
9.1	Regras de transição do professor da educação básica da União e do professor do ente federativo que adotou as mesmas regras da União .....	243
9.1.1	Regra dos pontos .....	244
9.1.1.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	246
9.1.1.2	Abono de permanência .....	249
9.1.1.3	Exemplos de aposentadoria pela regra dos pontos (passo a passo) .....	249
9.1.2	Regra do pedágio constitucional .....	260
9.1.2.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	261
9.1.2.2	Abono de permanência .....	263
9.1.2.3	Exemplos de aposentadoria pela regra do pedágio (passo a passo) .....	264
9.1.3	As regras de transição dos professores da Educação Básica dos Estados, DF e Municípios que não modificaram sua legislação interna .....	267
9.2	Atividades com efetiva exposição a agentes nocivos – A regra de transição do servidor público federal e do servidor do ente federativo que adotou as mesmas regras da União .....	268
9.2.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	271
9.2.2	Abono de permanência.....	272
9.2.3	Exemplos da regra de transição da aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos do servidor federal e do servidor do ente federativo que adotou as mesmas regras da União (passo a passo).....	272
9.2.4	As regras dos servidores que exercem atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física dos entes federativos que não editaram leis específicas – Súmula Vinculante nº 33.....	277
9.3	As regras de transição do policial civil, do agente socioeducativo e do agente penitenciário da união e do policial ou agente do estado que adotar as mesmas regras da União.....	278
9.3.1	Regra sem pedágio constitucional .....	278
9.3.2	Regra do pedágio constitucional .....	279
9.3.3	Abono de permanência.....	280

9.3.4	Cálculo dos proventos e critério de reajustamento .....	280
9.3.5	Exemplos de aposentadoria especial pelo art. 5º da EC nº 103/2019 .....	280
9.3.6	Aposentadoria especial do policial civil, do agente penitenciário e do agente socioeducativo dos Estados que não editaram leis específicas (aplicação da LC nº 51/1985).....	283
<b>CAPÍTULO 10 – DIREITO ADQUIRIDO À APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO .....</b>		<b>285</b>
10.1	Direito adquirido na EC nº 103/2019 .....	286
10.2	Direito adquirido dos servidores públicos à aposentadoria voluntária normal .....	287
10.2.1	Direito adquirido do servidor que ingressou no serviço público após 31 de dezembro de 2003 e até 13 de novembro de 2019 (servidor federal) ou até a data da publicação da lei do ente federativo (servidores dos Estados, DF e Municípios que fizeram reforma).....	288
10.2.2	Direito adquirido dos servidores que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003 .....	289
10.2.3	Direito adquirido dos servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 .....	291
10.2.4	Exemplos de direito adquirido do servidor público .....	294
10.3	Direito adquirido dos professores da educação básica à aposentadoria voluntária especial .....	295
10.3.1	Aposentadoria voluntária dos professores da educação básica que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003 e até 13 de novembro de 2019 (professor da União) ou até a data da publicação da lei do ente federativo (professores dos Estados, DF e Municípios que fizeram reforma) .....	295
10.3.2	Aposentadoria voluntária dos professores da educação básica que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003 .....	296
10.3.3	Aposentadoria voluntária dos professores da educação básica que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 .....	297
10.3.4	Exemplos de direito adquirido do professor da educação básica .....	299
10.4	Direito adquirido dos servidores policiais da segurança pública da união e dos estados que fizeram reforma previdenciária .....	300
10.4.1	Exemplos de direito adquirido do policial civil da União (aplicação da LC nº 51/1985) .....	301
10.5	Abono de permanência na regra do direito adquirido .....	302
<b>CAPÍTULO 11 – REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS TITULARES DE MANDATO ELETTIVO.....</b>		<b>303</b>
11.1	Histórico dos titulares de mandato eletivo na Constituição da República .....	303

11.1.1	Os titulares de mandato eletivo no texto original da CR/88 .....	303
11.1.2	Alterações relativas aos titulares de mandato eletivo promovidas pelas Emendas Constitucionais .....	304
11.1.2.1	Os titulares de mandato eletivo na EC nº 103/2019 .....	305
11.2	Regime de previdência dos parlamentares do congresso nacional .....	306
11.2.1	Vedação de ingresso de novos segurados no PSSC e a regra de transição para os atuais segurados .....	308
11.2.1.1	Exemplos de aplicação da regra de transição para os parlamentares vinculados ao PSSC.....	309
11.3	Regime de previdência dos parlamentares dos entes subnacionais.....	310
CAPÍTULO 12 – O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES .....		313
12.1	Os militares no texto original da CR/88 .....	313
12.2	Alterações relativas aos militares promovidas pelas Emendas Constitucionais .....	314
12.2.1	Os militares na EC nº 103/2019.....	314
12.3	Sistema de proteção social dos militares das forças armadas.....	315
12.3.1	Inatividade dos militares das Forças Armadas .....	315
12.3.1.1	Transferência para a reserva remunerada dos militares das Forças Armadas.....	316
12.3.1.1.1	Regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares das Forças Armadas.....	317
12.3.1.1.2	Exemplos de aplicação da regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares das Forças Armadas.....	319
12.3.1.1.3	Do direito adquirido à transferência para a reserva remunerada.....	321
12.3.1.2	Reforma dos militares das Forças Armadas .....	321
12.3.2	Pensão dos militares das Forças Armadas.....	322
12.3.2.1	Os beneficiários da pensão dos militares das Forças Armadas.....	322
12.3.2.2	Cálculo e reajustamento da pensão dos militares das Forças Armadas.....	324
12.3.3	A contribuição dos militares e pensionistas das Forças Armadas para o custeio da pensão militar.....	324
12.4	Sistema de proteção social dos militares dos Estados e do DF .....	326
12.4.1	Do direito adquirido .....	327
12.4.2	Inatividade dos militares dos Estados e do DF .....	327

12.4.2.1	Regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares dos Estados e do DF .....	329
12.4.2.1.1	Exemplos de aplicação da regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares dos Estados e do DF .....	330
12.4.3	Pensão dos militares dos Estados e do DF .....	332
12.4.4	A contribuição dos militares e pensionistas dos Estados e do DF para o custeio da inatividade e das pensões .....	334
12.4.5	Considerações finais sobre os militares dos Estados e do DF .....	337
 <b>CAPÍTULO 13 – REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS .....</b>		<b>339</b>
13.1	Breve introdução ao regime de previdência complementar .....	339
13.1.1	As Entidades Fechadas de Previdência Complementar .....	340
13.1.2	Legislação infraconstitucional e estrutura de regulação e fiscalização da previdência complementar fechada .....	342
13.2	Breve histórico da previdência complementar dos servidores públicos na CR/88 ..	343
13.3	A previdência complementar dos servidores públicos na EC nº 103/2019 .....	345
13.4	Alternativas dos entes federativos para a instituição do RPC .....	347
13.5	Acompanhamento da previdência complementar .....	351
13.6	Implementação do RPC – Panorama dos Entes Federativos .....	351
 <b>CAPÍTULO 14 – OS ENTES SUBNACIONAIS E A EC Nº 103/2019.....</b>		<b>355</b>
14.1	Breve contextualização da Reforma Previdenciária de 2019 .....	355
14.2	A PEC Paralela .....	356
14.3	A reforma previdenciária dos entes subnacionais – Alteração nas regras de benefícios.....	357
14.4	Alterações obrigatórias nos RPPS dos entes subnacionais .....	362
14.4.1	Rol de benefícios e alíquota de contribuição previdenciária.....	362
14.4.2	Regime de Previdência Complementar e unidade gestora única do RPPS ..	366
14.5	A EC nº 113 e a reforma dos municípios com débitos previdenciários – Art. 115 do ADCT.....	367
14.6	Painel de Acompanhamento de Adequações à EC nº 103/2019.....	368
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>371</b>